# Trabalho apresentado no 20º CBCENF

**Título:** A ENFERMAGEM NO PROCESSO DA REFORMA PSIQUIÁTRICA: EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL

**Relatoria:** JÉSSICA DO NASCIMENTO REZENDE
Rosa Gomes Dos Santos Ferreira
Maria Angélica Almeida Peres
**Autores:** Alessandra Cabral De Lacerda
Jorge Luiz Do Nascimento
Rogeria Maria Silva do Nascimento

**Modalidade:** Pôster
**Área:** Políticas Sociais, Educação e Gestão
**Tipo:** Pesquisa

**Resumo:**

Introdução: A Reforma Psiquiátrica propõe a atenção psicossocial, sob a égide da cidadania, do protagonismo profissional e de usuários, produzindo tecnologias de cuidado. Avança no cotidiano institucional, dos trabalhadores e das relações interpessoais, abalizada por tensões, reflexões e conquistas, fomentando novas políticas institucionais e sociais. Objetivos: Apresentar as modificações assistenciais da enfermagem psiquiátrica, e discutir acerca dos desafios enfrentados, frente à mudança paradigmática da Reforma Psiquiátrica. Metodologia: Descritiva, reflexiva, por revisão bibliográfica e análise da legislação, Lei 10216/ 2001. Resultados: O trabalho em saúde mental está vinculado à Lei da Reforma Psiquiátrica, que protege os direitos dos portadores de transtornos mentais, redirecionando o modelo assistencial. Outrora, transformava-se a dita “loucura”, em doença sem tratamento, impossibilitando as relações sociais e familiares, através do confinamento e da exclusão. A Reforma Psiquiátrica tem como pressuposto, a desinstitucionalização, desconstruindo o modelo manicomial, onde imperavam a internação e a coerção. A substituição progressiva dos leitos manicomiais, pela inserção social é objeto de discussão social e profissional, suscitando engajamento, sobretudo da enfermagem, no cumprimento das políticas de saúde mental, não pelo cumprimento isolado da lei, mas pelo conhecimento, reflexão e edificação desta clínica de cuidado. Conclusão: A Reforma não se resume ao cumprimento legal vigente há quinze anos e sim, uma proposta democrática-inclusiva de atenção psicossocial, que envolve a sociedade. Contribui para a descentralização da condução médica do tratamento, do enclausuramento, voltando-se para a contratualidade profissional, social, equânime. Dado a permanência que a enfermagem possui, junto ao sofredor psíquico, na construção do vínculo terapêutico, o desenvolvimento de seu cuidado específico e multiprofissional, constrói-se progressivamente, sendo essencial, a edificação do paradigma, fomentando o exercício da cidadania, através da reabilitação psicossocial. A descentralização assistencial, a diminuição da terapêutica medicamentosa, centrada no diagnóstico, está agora voltada para qualidade de vida, favorecendo a inclusão, propiciando as relações, a contratualidade, envolvendo os atores sociais, impicando diretamente, a enfermagem, na construção da clínica.